



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

Talita Burbulhan

A cidade aos nossos pés

**RELATÓRIO TÉCNICO
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pelo Prof^o. Fernando Crocomo
no segundo semestre de 2016
Orientador: Prof^a. Mauro César da Silveira**

**Florianópolis
Novembro de 2016**

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC	
ANO	2016.2	
ALUNA	Talita Burbulhan	
TÍTULO	A cidade aos nossos pés	
ORIENTADOR	Mauro César Silveira	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso
	<input type="checkbox"/>	Rádio
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo
	<input type="checkbox"/>	Foto
	<input type="checkbox"/>	Website
	<input type="checkbox"/>	Multimídia
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)
	<input type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem
		Local da apuração: (X) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Jornalismo, direito à moradia, habitação de interesse social, morro da Mariquinha	
RESUMO	Dentre as cidades brasileiras, Florianópolis é a capital com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e possui a terceira cesta básica mais cara do Brasil. Em 68 assentamentos precários espalhados pelo município vivem as trabalhadoras e trabalhadores que são a base desse cenário de riqueza. A partir da história de uma dessas comunidades pretende-se abordar as alternativas de acesso à moradia das pessoas de baixa renda da capital catarinense. A escolha pelo Morro da Mariquinha se deu pela localização central, mesmo distante sete quadras da Prefeitura Municipal, suas demandas habitacionais permanecem invisibilizadas pelo Poder Executivo.	

SUMÁRIO

RESUMO	4
CONTEXTO	5
JUSTIFICATIVAS	9
ESCOLHA DO TEMA	9
DO FORMATO	10
DO ESTILO	11
PROCESSOS DE PRODUÇÃO	12
CUSTOS	13
DIFICULTADES E APRENDIZADOS	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

RESUMO

Dentre as cidades brasileiras, Florianópolis é a capital com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e possui a terceira cesta básica mais cara do Brasil. Em 68 assentamentos precários espalhados pelo município vivem as trabalhadoras e trabalhadores que são a base desse cenário de riqueza. A partir da história de uma dessas comunidades pretende-se abordar as alternativas de acesso à moradia das pessoas de baixa renda da capital catarinense. A escolha pelo Morro da Mariquinha se deu pela localização central, mesmo distante sete quadras da Prefeitura Municipal, suas demandas habitacionais permanecem invisibilizadas pelo poder executivo.

Palavras-chave: Jornalismo, direito à moradia, habitação de interesse social, morro da Mariquinha

CONTEXTO

Todos os anos os noticiários brasileiros anunciam casos de favelas atingidas por desastres naturais. Em Florianópolis, são 64 assentamentos precários identificados pelo Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), no entanto a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (SHSA) trabalha com o número de 68, sendo que 16 estão no Maciço do Morro da Cruz. A região concentra a maior quantidade de pessoas de baixa renda da cidade, onde vivem cerca de 6500 famílias. É também um lugar suscetível a escorregamento e queda de blocos, com registros de movimentações desde 1960. O cenário aponta para uma tragédia anunciada, mas na essência o que leva a população a ocupar áreas de risco?

A pesquisadora Norma Valencio da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) trabalha a questão dos atingidos por eventos geológicos problematizando as injustiças sociais. Valencio defende que o enfraquecimento das práticas democráticas tornam as sociedades fadadas a desastres e a transformação paulatina desses em catástrofes (2009a). Para além da investigação dos fenômenos naturais, ela aponta a incapacidade das instituições em trabalhar a questão de fundo das razões estruturais da segregação espacial:

Numa sociedade que forja sua territorialidade, coesão social e interlocução política na apartação dos empobrecidos, mais do que na resolução da pobreza, o risco de uma relativa alienação pública frente à necessidade de enfrentamento das causas estruturais da desigualdade distributiva é alto. (VALENCIO, 2009b, p. 17)

Nosso país apresenta altas taxas de concentração de renda, apenas 8,4% da população se apropria de 59,4% da riqueza no Brasil (BRASIL, 2016). Nesse sentido a urbanista Raquel Rolnik, que atuou como relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada de 2008 a 2014, elucida o cenário dos trabalhadores cujo rendimento não possibilita a compra ou aluguel de um local adequado para se viver: “as pessoas vão morar numa área de risco porque não têm nenhuma opção para a renda que possuem. Isso se repete em todas as cidades e regiões metropolitanas” (ROLNIK, 2013).

A moradia adequada consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, sendo desde então reconhecida no mundo todo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas. Além da estrutura física, os moradores devem ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e com saúde física e mental. A moradia adequada deve incluir: **segurança da posse, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, custo acessível, habitabilidade, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, localização adequada e adequação cultural (ONU, 2016).**

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Riscos (PREFEITURA, 2014), um dos mais graves problemas que tornam uma moradia inadequada são os riscos geológicos. Dentre os

tipos de desastres naturais (geológico, hidrológico, meteorológico, climatológico e biológico), no Maciço do Morro da Cruz a suscetibilidade maior é com os geológicos do tipo movimento de massa. São eventos como escorregamentos, deslizamentos, rastejo, queda de blocos, rolamento de matacões que desempenham importante papel para a formação das paisagens e ocorrem quando grandes volumes de massa são deslocados das encostas sob a ação da gravidade (SAITO, 2004). Apesar de ser um evento natural, a ação humana exerce importante influência favorecendo a ocorrência ou minimizando seus efeitos. Entre as causas antrópicas está a retirada da vegetação, o acúmulo de lixo, a construção de edificações nas encostas, os vazamentos de água e esgoto e cortes de taludes ou aterros (CEPED, 2013).

O tratamento dessas questões referentes às moradias em áreas de risco no âmbito das políticas públicas deve se dar de forma integrada e, preferencialmente, a partir da coordenação do órgão responsável pela política habitacional, pois esse tipo de problema, em geral, se concentra territorialmente nos assentamentos de interesse social (PREFEITURA, 2014). Apesar de a vulnerabilidade aos riscos ser proporcional ao nível de miséria, ou seja, quanto mais carentes as populações, mais estão sujeitas aos efeitos danosos, em decorrência de estarem instaladas sem infraestrutura adequada, cabe salientar que desastres naturais e pobreza não devem ser considerados como sinônimos (SAITO, 2004).

Valencio aponta para as perspectivas de classe na atuação da Defesa Civil quando em um evento geológico há atingidos de diferentes classes sociais. Pelo fato de a territorialização dos pobres ser contestada, argumenta-se que por viverem em áreas de risco precisam ter suas moradias removidas. Uma discussão meramente paisagística muito embora haja pelos moradores um sentimento de pertencimento e afeto com o lugar em que vivem (2009a).

“As fraturas dos territórios dos ricos são compensadas com medidas céleres de recomposição das funcionalidades do espaço, o poder público tomando medidas de abastecimento hídrico, drenagem urbana e afins para que estes possam se reerguer no lugar que consideram de seu e são reconhecidos pelo ente público como tal” (VALENCIO, 2009a, p.7)

No país cerca de cerca de 6% da população nacional, o equivalente a 11.425.644 de brasileiras e brasileiros, vivem em aglomerados subnormais, um termo genérico utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para englobar favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita e demais denominações que as moradias precárias recebem nos diferentes cantos do Brasil. Na definição do órgão são conjuntos constituídos de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e disponibilidade de energia elétrica; que ocupam terreno alheio, seja público ou particular, ou que tenham obtido o título de propriedade há dez anos ou menos e que estão dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2011).

No território nacional são 6.329 aglomerados subnormais. Em Santa Catarina o número chega a 74, sendo 13 deles em Florianópolis: Arranha Céu, Caiera da Vila Operária, Mac Laren, Monte Cristo, Morro da Penitenciária, Morro do 25, Morro do Horácio, Morro Mariquinha, Nova Jerusalém, Santa Clara - Monsenhor Topp, Tapera, Vila Aparecida, Vila do Arvoredo. Ao todo, o IBGE estima que 17.573 pessoas vivem em aglomerados subnormais na capital catarinense.

A Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (SHSA) do município trabalha com um cenário mais pessimista. Estima-se que nos 68 assentamentos precários vivem cerca de 50 mil pessoas. De acordo com a UN-HABITAT, o conceito “assentamento precário” define os domicílios que atendem pelo menos a uma das cinco condições: *status* residencial inseguro; acesso inadequado à água potável; acesso inadequado a saneamento e infraestrutura em geral; baixa qualidade estrutural dos domicílios e adensamento excessivo como a ocupação por mais de três pessoas por dormitório (CARDOSO, 2010).

Para além, de conceitos como ocupações irregulares, ocupações informais, assentamentos ilegais ou assentamentos subnormais que classificam os lugares onde a moradia é precária, entende-se que ilegal e irregular é também a ausência de políticas habitacionais voltadas à população de baixa renda e a omissão de alguns gestores públicos com suas áreas precárias (BEATRIZ, 2011).

No sentido de equacionar as necessidades habitacionais destacam-se duas iniciativas do governo federal. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em vigor desde 2007, voltado aos assentamentos precários, que promoveu a urbanização de lugares com infraestrutura precária, como forma de combater o déficit qualitativo das moradias, tornando os lugares habitáveis. Até porque a quantidade da população urbana no país (das 201, 5 milhões de pessoas 85,4% vivem nas cidades) inviabiliza a remoção das favelas para conjuntos habitacionais. A outra medida destinada à superação do déficit quantitativo é o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, configura-se como uma parceria entre o Estado, as empreiteiras e a Caixa Econômica Federal para produção habitacional em escala, oferecendo imóveis que podem ser financiados de forma mais flexível do que as alternativas do mercado.

Em março de 2008, o presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou o PAC do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. Pela primeira vez na história de Santa Catarina um investimento vultoso seria destinado à qualidade de vida de 5,6 mil famílias de baixa renda, carentes de infraestrutura. De imediato foram 54,6 milhões de reais para as comunidades do Maciço do Morro da Cruz, em nove ações: infraestrutura básica (terraplanagem, contenção de encostas, drenagem pluvial, pavimentação, escadas e rampas), transporte vertical, habitação, módulo hidráulico, trabalho social, regularização fundiária, construção do Parque do Maciço, recuperação ambiental e coleta de resíduos sólidos. A previsão, na época, era de que 22.566 pessoas seriam beneficiadas.

Por outro lado, o programa Minha Casa Minha Vida na capital, recebeu menos recursos para o atendimento da faixa 1, que corresponde às famílias que recebem até 3 salários mínimos. Apesar

de ser o único programa voltado para a construção de moradias, apenas dois conjuntos habitacionais foram construídos para a população de baixa renda da cidade. Ou seja, em sete anos, 166 famílias serão contempladas com unidades habitacionais, cuja previsão de entrega é para 2017.

A comunidade da Mariquinha fica na área central de Florianópolis e caracteriza-se por ser um espaço tradicional de habitação, com ocupação de áreas de alta declividade, urbanização não oficializada pela prefeitura, habitações simples, com carência de vias de transporte e saneamento (MACHADO, 2004). Consta como um dos 13 aglomerados subnormais de Florianópolis e integra a lista de 64 assentamentos precários do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Além do mais, destaca-se no estudo realizado por Silvia Saito, em 2004, como uma das comunidades do Maciço do Morro da Cruz com suscetibilidade a escorregamento e a queda de blocos.

Dos 2,1 milhões m² que compõe o Maciço do Morro da Cruz, a comunidade da Mariquinha corresponde a apenas 0.4% do território. Em 2006, o levantamento sócio-econômico feito pelo Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, a Mariquinha apresentava 230 casas e uma população de cerca de 900 pessoas (CEPED, 2007). Os registros de imóveis mais antigos da região datam das primeiras décadas do século XX, quando a região era procurada por pessoas de baixa renda, sendo muitos ex-escravos que trabalhavam em casas de famílias no Centro ou no Mercado Público. Por muitos anos as ocupações limitaram-se aos locais com menor declividade, só no final dos anos 70 e início dos 80 que as áreas mais altas e com inclinação mais acentuada passaram a ser habitadas, principalmente por imigrantes vindos do interior do estado (MACHADO, 2004). O nome da comunidade é uma homenagem a Maria José de Souza Soares, uma lavadeira conhecida como Mariquinha do Sobrado por possuir uma casa de prostituição muito frequentada (RIVER, 2015).

Contando a história da comunidade e suas características buscou-se tratar de um tema amplo partindo de uma especificidade. O direito à moradia, a habitação de interesse social e o contexto da Mariquinha foram as categorias que nortearam o trabalho. Pensar a realidade daquele local de forma ampla possibilitou abordar questões comuns aos demais assentamentos precários da capital, sem deixar de retratar o que lhe era peculiar. Foi uma tentativa de mostrar que a localidade, quando estudada com afinco, possui uma complexidade que supera o senso comum.

No levantamento feito pela pesquisadora Claudia Xavier Machado sobre os conteúdos a respeito da comunidade da Mariquinha veiculadas no jornal *A Notícia* entre os anos de 1997 até 2002, observou que das 61 citações obtidas: “duas tratavam sobre as áreas de risco, sete sobre áreas verdes, quatro sobre lixo, três sobre educação, 38 sobre violência e sete sobre qualidade de vida”. Para a autora a discrepância entre o número de notícias sobre violência e os demais assuntos cria no imaginário dos moradores “de fora do morro” a ideia de que naquele local só há criminosos (MACHADO, 2004). De forma oposta, esse trabalho parte do pressuposto de que “a reportagem, embora também contemple os grandalhões, é por excelência o lugar dos humildes, dos anônimos,

dos que aparecem no jornal uma vez na vida” (FUSER, 1996) para retratar a comunidade com a complexidade que lhe é de direito.

JUSTIFICATIVAS:

A ESCOLHA DO TEMA

Quando inicie o ano letivo eram poucas as minhas certezas sobre o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Na época meu ponto de partida foi pensar em algum tema pertinente à cidade de Florianópolis, como uma tentativa de contribuir com o lugar em que vivi por cinco anos. Apesar dessa certeza, levei meses para definir que o direito à moradia na capital com o melhor IDH do país seria a pauta da minha grande reportagem em texto. Até porque, essa percepção só me ocorreu depois das primeiras entrevistas.

Assim como os posseiros que montam seus barracos sem as condições ideais de moradia, eu fui fazendo minha reportagem carecendo de infraestrutura, escorando-me em algumas questões pontuais, mas sem ver com nitidez o conjunto. Comecei acreditando que o trabalho seria sobre os impactos das obras do Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Afinal, era a primeira vez que uma verba vultosa seria investida na área que concentra a maior quantidade de população de baixa renda de Florianópolis. No entanto, sentia falta de uma questão norteadora por trás dessa singularidade.

Paralelo a isso, em março, me mudei para uma quitinete na Mariquinha, uma das comunidades do Maciço que fica a 800 metros da Câmara dos Vereadores, local onde recentemente tinha sido selecionada para fazer estágio. Passei a morar na encosta, próximo a uma área que, cinco anos antes, tinha sido cenário de um acidente geológico sem precedentes em Florianópolis, até então. No dia 13 de dezembro de 2011, uma forte chuva acarretou a queda de um bloco rochoso que matou uma pessoa. Quando o primeiro temporal que peguei na nova moradia, me deixou insone, decidi que a reportagem seria sobre pessoas que moram em áreas de risco no Maciço do Morro da Cruz. Li artigos acadêmicos, busquei dados e materiais técnicos, mas ainda assim, não conseguia entender qual era a minha questão de fundo.

Foi durante a conversa com uma das fontes que mudei outra vez mais. Não de tema, mas de olhar. Passei a focar menos na quantidade de setores de risco em Florianópolis e mais no projeto de cidade que permite as ocupações irregulares. Os artigos acadêmicos da pesquisadora Norma Valencio com o viés sociológico a respeito dos desastres naturais vieram ao encontro desse meu processo de alinhamento das ideias. Era meados de setembro quando reescrevi o resumo do meu trabalho pela quarta e última vez. Eu tinha achado a cola que iria unir as reflexões que me acompanharam por meses e que tinham me interessado até ali. A partir do direito à moradia eu

poderia contar a história da comunidade da Mariquinha, falar sobre áreas de risco, informar sobre as intervenções do PAC e problematizar a política habitacional da cidade.

O FORMATO

Ao longo da graduação me incomodava o fato de ter acesso às grandes reportagens, aos livros, às revistas e demais materiais impressos elaborados pelos meus colegas somente no dia da banca, e, ainda assim, de maneira fugaz, carecendo de tempo para apreciação. Pensava que o público poderia ter propriedade do assunto e exercer um papel mais atuante do que o de mero espectador das apresentações, caso fosse instrumentalizado previamente. Por isso, eu não tinha um tema para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nem sabia qual seria o formato, mas, desde o início, pensava em um produto que fosse facilmente disseminado.

Apesar de a rede *online* estar cada vez mais difundida e ter um considerável poder de alcance, descartei esse meio porque ele seria ineficaz se as pessoas interessadas em conferir o trabalho não tivessem acesso à internet. Optei pelo impresso, não só, para desfrutar da sensação de, literalmente, ter em mãos o resultado de um intenso processo de subjetivação, mas também por achar que seria uma forma mais democrática de divulgação do conteúdo. Isso se, ela ocorresse de forma independente, sem fins lucrativos, com o objetivo único de disseminar uma ideia.

De imediato, lembrei dos *fanzines*, “um veículo simples de ser feito, com um baixíssimo custo de produção e uma força de comunicação considerável” (CAMPOS, 2009). Minha ligação com os *zines* é incipiente, pois nunca cheguei a produzir um de fato, mas sempre admirei o potencial imagético deles. Justamente por perceber que não teria tempo de elaborar manchas gráficas impactantes, procurei algum formato que tivesse somente texto e ainda assim fosse atraente. Durante a visita a uma feira de publicações independentes, em Florianópolis, encontrei a inspiração no trabalho desenvolvido por Kamila Nunes e Leto William na “*¿Hay em Português?*”, uma revista produzida na disciplina Outros Espaços de Arte, da Udesc.

Apesar de ter que contratar os serviços de uma gráfica – antes pensava em imprimir contando com a infraestrutura do estágio, visto que no gabinete do vereador Lino Peres é uma prática viabilizar a impressão de panfletos e materiais de interesse público, o que só seria possível se o projeto gráfico fosse em A4 ou A3 - resolvi arcar com os custos da impressão em A2, em papel reciclável, para disponibilizar o produto.

Contudo, apesar dessa escolha, gostaria de ser avaliada pelo conteúdo do trabalho. Afinal, o texto foi minha prioridade desde o início.

Em momento algum, a minha despreensão em vender a reportagem e o anseio de distribuí-la gratuitamente teve a intensão de precarizar a profissão de jornalista. Meu movimento foi no

sentido de devolver para a sociedade o investimento que possibilitou que por anos eu tivesse acesso a um ensino de qualidade e gratuito.

Apesar da opção pelo formato alternativo, o trabalho poderia ser veiculado na mídia convencional como um suplemento de jornal, vide o caso do Diário Catarinense, que em junho de 2015, publicou “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, uma reportagem que ocupou 24 páginas da versão impressa. Devido à especificidade da pauta, dificilmente a reportagem emplacaria na Piauí ou na Le Monde Diplomatique – Brasil, mas elas são exemplos de revistas que veiculam textos extensos, como é o caso do meu projeto. Além disso, o material vai ao encontro dos sites de notícias que trabalham com *longforms*:

“um fenômeno recente no jornalismo que tem chamado a atenção por suas características, especialmente no que diz respeito ao tamanho do texto e sua profundidade, em contraponto às primeiras narrativas do jornalismo online, calcadas no texto enxuto e fragmentado” (LONGHI, 2)

Por ser uma pauta referente à cidade, poderia, ainda, interessar mídias locais independentes como Farol Reportagem, Portal Maruim Jornalismo e Cooperativa Desacato. No entanto, para além dos encaixes nos padrões estabelecidos, aproveitou-se a liberdade de escolha para fazer jus ao nome da disciplina e realizar um projeto experimental.

O ESTILO

A estrutura textual intercalada entre parágrafos “moles”, mais descritivos, e “duros”, com dados e informações técnicas, foi uma tentativa de colocar em prática os ensinamentos do professor Luiz Alberto Scotto, a respeito do texto de revista. Durante a disciplina de Redação V realizamos a leitura de “Frank Sinatra está resfriado”, do repórter Gay Talese, como um exemplo prático de cortes e retomadas de cenas. Nesse sentido, busquei intercalar a história dos moradores com a fala de autoridades, especialistas e fontes documentais para evitar que o texto ficasse fatigante.

Como em alguns parágrafos minha prioridade foi dar ritmo à leitura, há moradores que são apresentados apenas pelo primeiro nome ou pelo apelido. Isso ocorreu nos casos em que a pessoa atuou de forma passageira, incrementando a descrição de determinada cena. Assim como, a palavra “anã” que descreve a recepcionista do prostíbulo, não foi substituída pelo termo politicamente correto “portadora de nanismo”, não só, para manter a descrição feita pelas fontes, mas também para manter a fluidez da narrativa.

A fala de Maria Silverio de Oliveira Goes, personagem do primeiro capítulo, foi transcrita da mesma forma com que foi reproduzida, por considerar que, para além das concordâncias gramaticais, o português correto é aquele em que o interlocutor se faz entender.

PROCESSOS DE PRODUÇÃO

Pré-apuração, apuração, redação e edição foram etapas que se misturaram durante a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O cronograma que nortearia os meus caminhos, esboçando previamente um destino com o cumprimento dos prazos, nunca foi feito. Realizei o projeto da forma que me era possível no momento: cheia de dúvidas, de improvisos e de sorte.

Em setembro vislumbrei o que seria o meu tema, momento em que eu fiquei entusiasmada com os rumos do projeto, mas sem saber se conseguiria terminá-lo até o final do ano. Em momento algum, as reiteradas mudanças foram refutadas pelo meu orientador. Pelo contrário, ele ajudou a concatenar o turbilhão de ideias e a me manter tranquila. Durante uma de nossas reuniões apresentei um esboço de uma reportagem dividida em quatro capítulos pensada a partir do acúmulo de leituras e de algumas conversas.

Essa estrutura prévia era uma compilação do que de mais interessante tinha aparecido nas entrevistas realizadas até então. Eu esbocei um texto a partir do que as pessoas disseram. Até porque eu estava aprendendo sobre as questões referentes à habitação de interesse social enquanto apurava. Tanto que, muitas das fontes surgiram no decorrer do processo, na medida em que eu me aprofundava no assunto. Com isso, posso dizer que meu método de produção foi completamente intuitivo.

Ao todo contabilizei 25 fontes, entre moradores da comunidade da Mariquinha, técnicos da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, Defesa Civil, especialistas, militantes da moradia de interesse social e arquitetos. Em alguns momentos, as conversas foram informais outras renderam entrevistas, sendo que uma minoria não foi transcritas, devido à falta de tempo. Também busquei informações em jornais antigos, processos jurídicos, planos municipais, dissertações, teses e demais documentos.

A redação começou em outubro e se estendeu até a metade de novembro. A edição foi feita na semana anterior à data da entrega, contei com a leitura atenta de colegas e parentes. Enquanto o projeto gráfico

e a diagramação foram feitas na semana da data de entrega, o que comprometeu a qualidade de etapas que considero fundamentais, como a checagem de dados e a incrementação da escrita.

CUSTOS

Todos os custos para a produção do trabalho foram custeados por recursos pessoais.

ITEM	VALOR
Impressão – gráfica – 1000 folhas A2	R\$ 940
Deslocamento via transporte público	R\$ 50
Sessões de psicanálise	R\$ 3000
Pacote de software da Adobe / mês	R\$ 68
Teste de cópias em A2	R\$ 28
Serviço de revisão	R\$ 200

DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Em uma das entrevistas que realizei na Secretaria de Habitação de Saneamento Ambiental (SHSA) minha fonte explicava como era complexa a resolução das questões de moradia para a população de baixa renda. Quando conversávamos sobre regularização fundiária ela explicou os casos de gentrificação e tocou no cerne do problema com um questionamento: “O que é regularizar a moradia se toda a vida está desorganizada?”. Em certa medida, essa fala ilustra que para mim as dificuldades não foram somente técnicas.

Ao longo deste ano, além das consultas a artigos, dissertações, teses e outras tantas fontes documentais que pudessem embasar uma reportagem pertinente à Florianópolis, aderi, também, a sessões de psicanálise, porque as leituras não estavam deixando as ideias nítidas o suficiente. Não me faltava tempo ou disposição em produzir, mas padecia de um entrave na ordem do subjetivo. Afinal, além de ser um rito do fim da graduação, o TCC é quando um sujeito expõe seus posicionamentos. Por trás da reportagem estão as percepções de mundo de quem escreve, uma pessoa que carrega o lápis, o bloco de notas e a responsabilidade inerente a toda elaboração de conhecimento. Mas o que pode dizer alguém que se sente mais em construção do que construído?

Minha maior dificuldade ao longo do processo foi lidar comigo mesma, com as inseguranças e com o meu jeito de trabalhar. Primeiro, tive que consertar a dimensão extrapolada que conferi ao projeto, colocando-o no seu devido lugar, para que assim, ele deixasse de ser aquela carga sem materialidade, mas de peso quase insustentável, que me assombrou por meses. Compreendi que, sim, o TCC estava sendo uma ferramenta de construção da minha identidade, mas era também uma reportagem qualquer, uma entre as muitas que existem por aí e a pioneira de outras tantas que ainda irei produzir.

Foi difícil lidar com quantidade de informações e com o fato de que muitas ficariam de fora. Também me preocupei em não ser coerente, com receio de apresentar um produto que não condizia com o que havia proposto. Marquei encontros, sem ter roteiro. Solicitei dados que não sabia se iria utilizar. Investi tempo em leituras que desviaram do foco. No entanto, agi para experimentar.

Nesse sentido, uma das motivações que me instigava a ir atrás de mais informações, mesmo correndo contra o tempo, era a oportunidade de entender como funcionam os trâmites em órgãos públicos, de que forma se organizam as secretarias, quais os meios para adquirir as informações, além de experienciar a possibilidade de acessar diversos lugares pelo simples motivo querer melhor compreender a pauta.

Também aprendi a peitar as minhas escolhas e a aceitar a condição técnica que tenho no momento. A opção foi escrever um relatório que exponho, não só, as questões referentes à

produção, mas também as de ordem subjetiva, porque das entrevistas, leituras e transcrições saiu uma reportagem, mas também se reinventou uma sujeita.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira: dados do IRPF 2015/2014**. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/distribuicao-renda-e-riqueza/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- CARDOSO, Beatriz Kauduinski. **Efeitos da regularização fundiária: estudo de caso em assentamentos precários de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- CEPED. **Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2010 – Volume Santa Catarina**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Atlas%20Santa%20Catarina.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- CEPED. **Plano municipal de redução de risco**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2007. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/06/PMRR_Fpolis.pdf. Acesso em: 20 set 2016.
- FUSER, Igor. **Apresentação**. A Arte da Reportagem. 1ª ed. São Paulo: Scritta, 1996.
- ¿HAY EM PORTUGUÊS? Florianópolis: Udesc, 2016.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em: 15 nov. 2016.
- LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. In: **Estudo do Jornalismo do XXIV Encontro Anual da Compós**. Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b_2852.pdf. Acesso em: 15 nov. 2016.
- MACHADO, Claudia Xavier. **Análise Sócio-Ambiental do Morro da Mariquinha - Maciço Central de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- ONU, Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos. **O que é direito à moradia?**. Disponível em: http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt. Acesso em: 14 nov. 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Revisão do Plano Municipal de Redução de Risco de Florianópolis – SC**. 2014. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/17_09_2014_12.18.46.47d9f3cf658ee472868d5324eb4f2c6d.pdf. Acesso em: 15 nov. 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Sub-projeto de trabalho técnico Social: Projeto do Maciço do Morro da Cruz**. 2008.
- ROLNIK, Raquel. **Ninguém vai morar em área de risco porque é burro ou porque quer**. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/01/13/ninguem-vai-morar-em-area-de-risco-porque-quer-ou-porque-e-burro/>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- RUVER, Paulo Guilherme. **A urbanização do morro da Mariquinha e os direitos dos moradores**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, 2015.
- SAITO, Silvia. **Estudo analítico da suscetibilidade a escorregamentos e quedas de blocos no maciço central de Florianópolis-SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em:

[https://mail.google.com/mail/u/0/#search/cita%C3%A7%C3%A3o+/15478916c8a45485?projector=](https://mail.google.com/mail/u/0/#search/cita%C3%A7%C3%A3o+/15478916c8a45485?projector=1)

[1](#). Acesso em: 20 jul. 2016.

TALESE, Gay. Frank Sinatra está resfriado. **Fama e Anonimato**. São Paulo: Schwarct, 2004.

VALENCIO, Norma. Da morte da quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Júlio Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interface e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009a.

_____. O sistema nacional de defesa civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Júlio Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interface e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009b.

